



## DEZ ANOS DO PROEJA: UMA ANÁLISE DO RETROCESSO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Maria do Socorro Ferreira dos Santos

*(Instituto Federal de Alagoas; socorrofsantos@yahoo.com.br)*

### **Resumo:**

O objetivo do presente artigo é apresentar um recorte de vários estudos desenvolvidos ao longo do Doutorado, cujo foco central foi o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ao nascer como programa teve como um dos seus princípios norteadores a inclusão educacional e social de jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica. Aqui, nosso propósito é investigar as particularidades da implantação do PROEJA e seu processo de desenvolvimento como uma política pública. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a análise de documentos e de entrevistas semiestruturadas. Os resultados trazem reflexões importantes relacionados às dificuldades de incorporação do PROEJA como uma política contínua e que envolve vários aspectos. Entre eles, alguns relacionados ao próprio descaso governamental, em detrimento de um novo programa, o Pronatec, concorrendo ainda com o desconhecimento da proposta e a ausência de discussões internas sobre a modalidade e suas especificidades pelos professores que, por sua vez, apresentam resistências à implantação de novos cursos dessa modalidade. O estudo indica que as políticas públicas nesse universo configuraram-se, como fragmentadas e descontínuas do ponto de vista do público jovem e adulto trabalhador que busca uma profissionalização.

**Palavras-chave:** PROEJA, Política Pública, Educação, Trabalho

### **1. Introdução**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla realizada durante o Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Considerando a importância do PROEJA, não apenas como um programa, mas como política pública que merece destaque, buscamos investigar o processo de implantação do PROEJA no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e seus desafios até o presente momento. O PROEJA nos Institutos Federais de Educação, criado por meio do Decreto nº. 5478/05 revogado posteriormente pelo Decreto nº 5840/06, instituiu, na Rede Federal, a obrigatoriedade de inserir jovens e adultos anteriormente excluídos do processo educacional. Ele entende “o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável [...]” (BRASIL, 2009, p. 47).





O documento base apresenta as orientações acerca da implantação do programa, já sinalizado como uma política em construção. Ao longo deste documento, aponta-se a necessidade de que ele não se torne uma proposta efêmera e passageira que venha a acompanhar as mudanças de lideranças governamentais. Apresenta ainda a concepção de uma política pública<sup>1</sup> perene, capaz de não correr o risco de mais uma vez se tornar vazia como outros programas governamentais. Essa sistematização vem na direção do princípio geral dos Institutos que concebe a educação profissional e tecnológica como essencial para o desenvolvimento humano, econômico e social, e assim compromete-se com diversas ações para a redução das desigualdades sociais e regionais e buscam a oferta de uma educação de qualidade, construída em processos participativos e democráticos.

Nessa perspectiva, frente ao processo de crescente exclusão social, desemprego juvenil, baixa escolaridade e desqualificação de mão de obra em diversos setores produtivos nas regiões brasileiras, o governo afirma que

É fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base – uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado a educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2009, p. 33).

Essa necessidade está ancorada no sistema de valores construídos social e historicamente e que é somado hoje a tal programa, pois o conhecimento básico e a formação técnica possibilitam, juntos, um novo olhar sobre o mundo, construindo expectativas em busca de um futuro promissor. Nesse sentido, “A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real.” (BRASIL, 2009, p.35).

Porém, essa indissociabilidade não é tão simples assim, pois as transformações impulsionadas pela modernidade influenciaram mudanças importantes no ensino médio e profissional no Brasil, trazendo em sua história questões que se aproximam e se afastam. Realidades que ora se encontram, ora se desencontram. Essa “dualidade estrutural” entre ensino médio e profissional, segundo Kuenzer (2009, p. 26), precisa ser analisada com muita atenção “já que, desde o surgimento da primeira iniciativa estatal nessa área, até o presente, sempre se

---

<sup>1</sup> O conceito Política Pública, aqui entendida como sendo ações “de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.” (HOFLING, 2001, p. 31, grifo da autora).

constituíram duas redes, uma profissional e outra de educação geral, para atender as necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho.”

O PROEJA é um programa importante que pressupõe a união de três campos distintos, os quais, infelizmente, não vêm conseguindo dialogar entre si. Por não ter esse diálogo, se instaura uma realidade preocupante envolvendo a Educação Profissional, a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos em uma articulação quase sempre vazia, desarticulada, como apontam alguns autores (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005; KUENZER, 2005; 2010). Apesar de contar com o apoio do Governo Federal, esse programa ainda não encontrou seu lugar devido, especialmente quando em 2011, surge um novo programa, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O presente estudo problematiza o atual debate acadêmico envolvendo essas três dimensões, o ensino médio, a educação profissional e a educação de jovens e adultos, que vêm apontando um novo perfil, tanto de aluno, quanto de professor, numa tentativa de entender as condições objetivas e historicamente produzidas dessas três dimensões, nos Institutos Federais de Educação.

## **2. Metodologia**

Para desenvolver estudos sobre o PROEJA escolhemos os seguintes procedimentos: estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas. O estudo bibliográfico é importante para situar historicamente as categorias mais importantes do nosso trabalho e ampliar a discussão teórica sobre o tema proposto. Segundo Gil (2002, p.44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Corroborando com Gil, Fonseca (2002, p. 32) explica que qualquer pesquisa científica tem em seu início esse levantamento e afirma que é a “pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” Com isso, o pesquisador terá subsídios para seu processo investigativo ao longo da pesquisa.

Paralelamente ao estudo bibliográfico, foram selecionados documentos legais vinculados ao processo de implantação do PROEJA nos Institutos. Os documentos, segundo Lakatos (1991), caracterizam-se como uma importante fonte primária. O objetivo dessa análise documental é reconstituir o processo de formulação do PROEJA, em todas as suas dimensões, ou seja, concepção, objetivos, financiamento, base jurídica, desenho funcional, estratégia operacional, cronograma,



metas iniciais e alcançadas, distribuição de responsabilidades, em suma, uma análise da transição de um programa para política pública nos IFs, numa visão macro.

Como terceira e última escolha metodológica, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas. Segundo Lakatos (1991) e Lüdke e André (1986), essa técnica dá liberdade ao entrevistador e possibilita surgir novos questionamentos, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão. A partir dessas entrevistas organizamos as categorias empíricas, que são construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica. (MINAYO, 2004, p.94).

Participaram da pesquisa 10 professores e 13 gestores. Os dirigentes foram escolhidos de forma direta de acordo com os cargos ocupados na gestão atual. Os professores foram convidados aleatoriamente, compreendendo o corpo de formação geral e da área técnica. Todas as entrevistas gravadas em áudio foram realizadas no local onde cada um trabalhava, com data e horário previamente agendados. Procuramos deixar explicitados os objetivos da pesquisa por meio do termo de livre consentimento esclarecido e a garantia do sigilo de sua identidade.

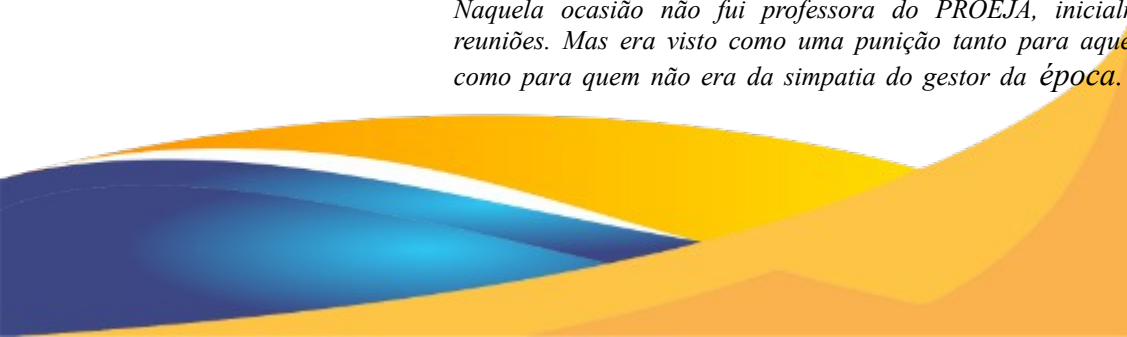
### **3. Resultados e Discussões**

Buscando conhecer ainda mais a realidade desse processo, decidimos realizar entrevistas com atores envolvidos diretamente com a implantação do PROEJA. Nesse sentido, organizamos as entrevistas em quatro categorias de análise com base nos objetivos da nossa pesquisa mais ampla e passamos a agrupar as questões por afinidades temáticas, no entanto, para este artigo, selecionamos apenas uma dessas categorias para discussão: PROEJA como Programa.

Uma primeira questão a ser analisada, como bem destacou Santos (2010), foi o caráter obrigatório da sua implantação nos IFs ou CEFETs naquela ocasião. Tanto os dirigentes quanto os professores apresentaram as dificuldades, especialmente por perceberem que os professores e a instituição em si, não estavam preparados para essa nova modalidade. Podemos perceber nas falas dos dirigentes.

*Mas nessa época a confusão foi grande porque estávamos mudando de identidade outra vez, passando de Cefet para Instituto. Muita gente não entendeu na época essa mudança e nem entende ainda na verdade essa mudança. (Dirigente 12)*

*Naquela ocasião não fui professora do PROEJA, inicialmente, mas fizemos várias reuniões. Mas era visto como uma punição tanto para aqueles que entravam, novatos, como para quem não era da simpatia do gestor da época. As pessoas viam como*



*castigo e alguns justificavam a falta de preparação para ensinar naquela modalidade. Eu vi as duas desculpas para não se ensinar no Proeja. Percebíamos muita resistência e ainda percebemos isso hoje. (Dirigente 13)*

Essa realidade também foi retratada pelos professores:

*Eu entrei no PROEJA por causa de uma conveniência de horário. Não vejo o envolvimento dos colegas docentes. Só que eu sinto da parte dos colegas uma certa resistência em querer trabalhar com esse público, alguns chegam a dizer que tem uma qualificação muito alta para atender este público, existe a resistência de alguns colegas, não são de todos. Alguns dizem quando chegar o próximo professor novato pode me tirar do Proeja, e colocar o próximo que está chegando. Em parte o PROEJA ficou como um lugar para os novatos (PFGM-08)*

Importante observar nos relatos que o desconforto foi geral, além disso, o que se configurou na época foi atender uma obrigatoriedade do governo e não atender uma camada da sociedade excluída da vida educacional.

Mesmo sendo implantado como programa, segundo Moura (2012, p. 39), dois sentidos orientam as ações nesse cenário, o primeiro refere-se à compreensão acerca da integralidade dos currículos do ensino médio e profissional, o que, para muitos, isso não seria concebível, o segundo sentido das políticas públicas direcionadas a essa área e que fez avançar as ações naquele momento, estaria relacionado à expansão da rede federal de educação tecnológica, garantindo um espaço de qualidade para a EJA.

Moura (2012; 2013), Moll (2010), Oliveira (2012), entre outros, apontam para a importante relação entre a EJA e a educação profissional e os velhos desafios que essa relação emerge. Moura (2012) ao pensar nos limites e possibilidades da educação profissional técnica de nível médio, especialmente quando se trata da educação de jovens e adultos, afirma que a forma como o PROEJA foi implantado trouxe muitas dificuldades à rede federal, especialmente quando se pensa na atuação dos professores nessa modalidade. Para ele,

*[...] não havia professores (nem se pode afirmar que já existam hoje) adequadamente formados para trabalhar no Proeja, nem experiência e conhecimentos acumulados que permitissem a construção de um currículo integrado para jovens e adultos em um curto espaço de tempo. (MOURA, 2012, p.59).*

Essas dificuldades podem ser observadas claramente no relato por um lado da representante do MEC, participante da nossa pesquisa, por outro, de um dos dirigentes na época que recebe essa nova modalidade de ensino.

*Acredito que o Proeja, apesar do nome programa, veio para ser algo estruturante nas redes públicas, com mais intensidade na Rede Federal. Fato que comprova isso, a meu ver, é que ele nunca trabalhou com pagamento de bolsa para professores. Os docentes que nele trabalhavam eram, ou deveriam ser, os docentes da própria Rede Federal. A premissa*



*desse programa era a inserção orgânica nas redes de ensino. O investimento que foi realizado baseava-se na formação de professores (curta duração, lato sensu e stritu sensu), infraestrutura, financiamento de eventos de mobilização, pagamento de Assistência Estudantil ao Estudante, dentre outras ações. Acredito que a semente plantada pelo Proeja, integração da EJA com a EP, embora ainda necessite de mobilização do MEC para vingar, já está na terra. Talvez, se não tivéssemos parado a mobilização em 2011, com a chegada do Pronatec, hoje teríamos um Proeja mais fortalecido. Infelizmente, o imediatismo presente nos governos não permite esse processo de maturação do programa. (Dirigente 1)*

*Foi um desafio. É um público diferenciado, carente em todos os aspectos, afetivo, conhecimento, etc. são alunos que vem sem estudar a muito tempo. Então, para você preparar uma pessoa para trabalhar com o PROEJA é muito difícil, mesmo assim nós encontramos aqui em Maceió muitas pessoas preparadas para trabalhar com esse tipo de público, acima de tudo com o compromisso e entendimento que era um trabalho diferenciado, você tem que se doar mais como ser humano, como professor. Nisso, em Maceió, no primeiro momento, encontramos uma barreira muito grande, principalmente na área da indústria, na área da construção civil, que tinha condições de absolver essa ideia. Até que encontramos uma área que absolveu essa ideia que foi a área de Design com o Curso de Artesanato, e foi um trabalho muito bonito e vitorioso. Ainda hoje existe. E realmente foi muito difícil que até hoje não conseguimos ampliar outras opções de curso aqui em Maceió. (Dirigente 2)*

Devemos ainda destacar ainda o que o Dirigente 11 fala da implantação do programa.

*O grande desafio foi o choque como modalidade desconhecida. Os próprios gestores colocaram culpa da maioria das dificuldades nos professores, mas não é. Acredito que seja a responsabilidade de você lidar com uma modalidade diferenciada. Não é fácil uma escola centenária que sempre trabalhou com adolescente e se vê obrigada a trabalhar com uma Tripla Modalidade, que envolve – educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional. Nós não conseguimos consolidar o Ensino Médio Integrado, como é que você vai consolidar esse Ensino Médio Integrado para Educação de Jovens e Adultos que o Instituto não conhece? (Dirigente 11)*

Diante desses relatos observamos duas questões fundamentais: a primeira diz respeito à dificuldade sentida pelos professores, pois com a reestruturação da rede de educação profissional surge uma diversidade de modalidades, de ofertas de cursos, entre elas, o PROEJA e a segunda por envolver uma “tripla modalidade”, ou seja, ensino médio, educação profissional e EJA. Além disso, também é importante compreender que a partir da Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, ao criar os Institutos apresenta uma nova identidade para a rede federal.

Estruturados a partir do potencial instalado nos Cefet, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. (SILVA, 2009, p. 8)

Esse caráter híbrido dos Institutos Federais, segundo Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010, p. 30), “nascem assim [...] procurando distinguir-se da universidade clássica (embora nela se inspirem), assumindo uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a educação brasileira.”



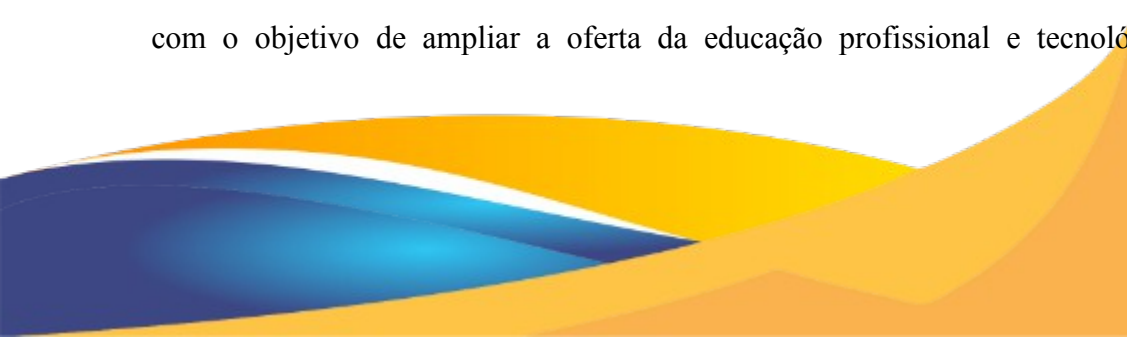
Com essa nova identidade, os IFs estão aptos a atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, isto envolve nível médio integrado, nível médio integrado a educação de jovens e adultos, formas subsequentes e concomitantes, nível superior através de cursos tecnológicos, graduação e licenciatura, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Na lei, em seu Art. 7, essas escolas também são organizadas considerando o tripé formativo, ensino, pesquisa e extensão, garantindo práticas científicas e tecnológicas, além de garantir a verticalidade na formação continuada. Aspectos esses fundantes nessa nova identidade, em que o aluno entra na educação básica e poderá chegar à conclusão da pós-graduação.

Outros pesquisadores, como Oliveira, Pinto e Ferreira (2012), também se referem aos desafios com a implantação do PROEJA, quando tratam dessa “nova” identidade educacional, pois os IFs são instituições de educação básica e superior cujo eixo articulador é a formação profissional, além de ser pluricurriculares e ter uma multiplicidade de campi, a partir de sua expansão desde 2008. Nesse contexto, é diante dessa “nova” identidade que o PROEJA se apresenta como um programa, causando ainda mais impacto nas tomadas de decisões e estruturação de uma “nova” rotina para as centenárias escolas técnicas e ao mesmo tempo com caráter pluricurriculares.

Essa concepção, quando da implantação do programa, exigia muito de todos os atores envolvidos, especialmente dos gestores, que eram “obrigados” a cumprir o decreto sem conhecer a dimensão e a complexidade dessa modalidade, e dos professores que, em sua maioria, eram técnicos formados em áreas disciplinares, não sentindo, muitas vezes, necessidade de dar continuidade a uma formação acadêmica. Diante de tantos desafios e ainda mesmo sem se consolidar como política institucional, o PROEJA passa a enfrentar mais um, a chegada do Pronatec, fato esse relatado pela Dirigente 1, representante do MEC:

*Acredito que a semente plantada pelo PROEJA, integração da EJA com a EP, embora ainda necessite de mobilização do MEC para vingar, já está na terra. Talvez, se não tivéssemos parado a mobilização em 2011, com a chegada do Pronatec, hoje teríamos um PROEJA mais fortalecido. Infelizmente, o imediatismo presente nos governos não permite esse processo de maturação do programa. (Dirigente 1)*

Essas características destacadas pela Dirigente 1 mostram que essa modalidade, diferentemente de outros programas, já nascia naquele momento com caráter de política pública para EJA, embora reconheça que no âmbito do MEC a mobilização para o seu aprimoramento tenha sido interrompida em 2011, com a entrada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) nos Institutos. Assim, o governo divide opiniões ao lançar mais um programa com o objetivo de ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica através de cursos





gratuitos não apenas nas escolas públicas federais, mas também nas estaduais, municipais, unidades de ensino do sistema S - SENAI, SENAC, SENAR e SENAT, além de contar com as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. Nesse programa, o governo oferece bolsas para professores que aderirem aos cursos oferecidos pelo Pronatec e, no caso dos IFs, são os mesmos que, antes, tinham certa dificuldade em aceitar a modalidade PROEJA.

Essa ação é importante, não temos dúvida sobre isso, porém percebemos que paralelamente a implementação desse programa, o PROEJA foi “esquecido”, pois sabemos que para que o Pronatec se efetivasse não só na rede federal, mas na municipal e estadual, chegando até as instituições privadas, muitos recursos que poderiam ser utilizados para a construção de laboratórios e a estruturação de outras ações para o PROEJA deixaram de ser disponibilizados. Nos artigos 6º e 8º, temos:

Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das **redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem** correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata inciso IV do art.4º, desta Lei. [grifos nossos]

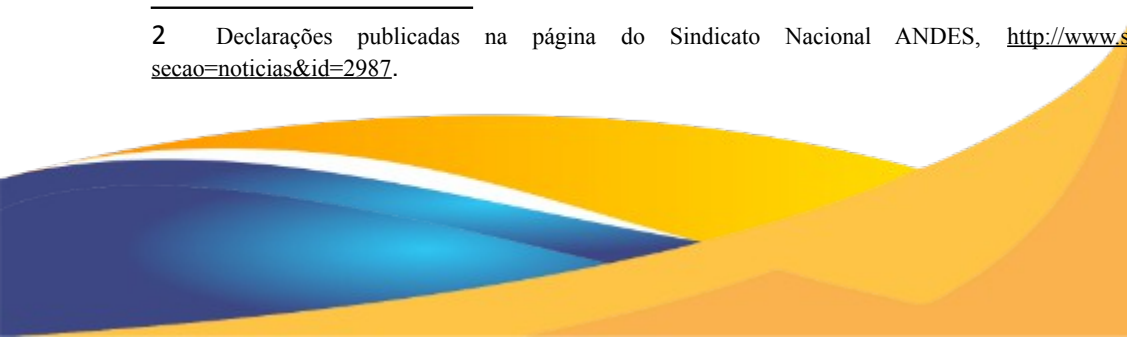
Essas bolsas-formação dividiram as opiniões de profissionais e pesquisadores dentro dos IFs que tratam dessa questão, pois professores que rejeitavam os cursos do PROEJA, eram os mesmos que se disponibilizaram para os cursos aligeirados ofertados pelo Pronatec. Segundo Frigotto (2014), o PRONATEC se tornou um “caça-níquel para faculdades privadas”, que recebem esses recursos, mas não têm tradição alguma em cursos técnicos. O autor prossegue afirmando que “continuamos mudando os nomes das coisas, enquanto milhares de jovens e adultos não têm escolaridade. Gastamos dinheiro e não resolvemos o problema.”<sup>2</sup> Sobre essa mesma questão, Lima (2011, p.14) afirma que “com o Pronatec, o governo brasileiro completa o ciclo da privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio.”

Percebendo que o número de matrículas no PROEJA estava diminuindo, o MEC em 2013, lança uma proposta preliminar de integralização entre o PROEJA e o Pronatec, sugerindo que pudesse manter a sistematização dos programas e a articulação financeira para sua efetivação. Sobre esse retrocesso, a representante do MEC que participou da nossa pesquisa afirmou que

*na minha leitura, essa proposta é um retrocesso, principalmente para os institutos federais que estavam caminhando, mesmo que a passos lentos, na direção da organicidade do PROEJA nas escolas. Com o Pronatec, o Instituto tem a possibilidade de terceirizar essa oferta.” (Dirigente 1).*

---

2 Declarações publicadas na página do Sindicato Nacional ANDES, <http://www.sedufsm.org.br/greve/index.php?secao=noticias&id=2987>.







O que merece nossa atenção neste momento é que, ao mesmo tempo que lança mais um programa, o governo emite um documento no dia 10 de fevereiro (OF CIRCULAR Nº 21/2011-DPEPT/SETEC/MEC) aos IFs orientando as novas diretrizes no que se refere à Assistência ao Estudante do PROEJA. Nele, o MEC analisa o aumento considerável dos recursos da ação orçamentária da assistência ao educando do PROEJA de 2008 a 2010. Esse aumento se deu porque as matrículas neste período foram triplicadas e o valor de R\$ 100,00 para cada aluno ingressante eram repassados de forma direta pela SETEC através de um Termo de Cooperação, ou seja, os recursos eram disponibilizados e específicos para esta ação.

Percebendo o aumento e a necessidade de operacionalização desses recursos, a SETEC/MEC fez a seguinte proposição no seu item 3: “Em 2011, os recursos necessários para o custeio da assistência aos estudantes do Proeja serão alocados diretamente nos orçamentos das Instituições da Rede Federal.” (BRASIL, 2011).

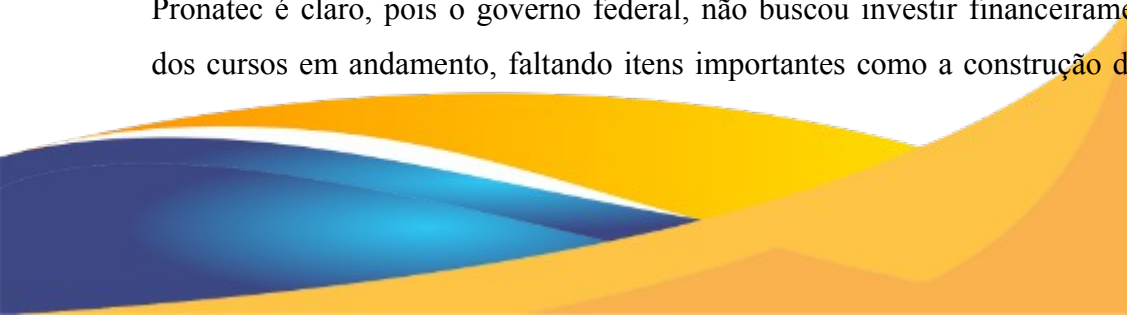
A partir desta decisão, o PROEJA deixou de ser um programa com financiamento próprio pela SETEC/MEC passando a fazer parte da ação orçamentária de cada IFs, cuja regulamentação própria passa a orientar a concessão ou não dessa assistência estudantil. Tal proposta regulamenta que o aluno do PROEJA teria os mesmos benefícios que outros alunos de modalidades diferentes e participariam das seleções internas para garantir os auxílios como: transporte, alimentação, aquisição de material didático, “inclusive, para garantir a assistência ao estudante do PROEJA”.

Com essas orientações, o PROEJA passa de um programa para uma política pública com regulamentação federal, orientada para inserção OFICIAL dessa modalidade de ensino na estrutura formal da rede, porém, percebemos que esse entendimento não ocorre ainda, dificultando todo o processo e fortalecimento dessa proposta por não assumirem essa mesma política institucionalmente e o que é mais grave, ampliando a oferta e o interesse pelo Pronatec na rede de educação profissional, deixando de lado aquela que seria uma política pública necessária para a integração entre educação básica e educação profissional integrada a educação de jovens e adultos.

#### **4. Considerações Finais**

Com o desenvolvimento da pesquisa, percebemos as inúmeras contradições desse percurso e os desafios enfrentados por todos aqueles que fazem os Institutos a partir da entrada do PROEJA e sua tentativa de constituição como uma política.

O descaso governamental com o PROEJA a partir de 2011, especialmente, com a entrada do Pronatec é claro, pois o governo federal, não buscou investir financeiramente para a estruturação dos cursos em andamento, faltando itens importantes como a construção de laboratórios, aumento





do número de servidores para que os turnos noturnos pudessem funcionar efetivamente com todos os serviços necessários, o que ajudaria o PROEJA a garantir sua identidade como modalidade regular de ensino. Acreditamos que com a entrada desse programa impactou o processo de evolução do PROEJA não só no IFAL, mas nos Institutos de uma forma geral.

Percebemos que o PROEJA tem enfrentado desafios desde sua implantação e que ainda não se consolidou em política pública. Podemos dizer que em grande parte, os avanços até agora obtidos, nos poucos cursos existentes, estão relacionados a defesa dessa modalidade por um grupo pequeno de profissionais que nela acredita como política institucional.

Notamos que historicamente ocorreram grandes mudanças na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica especialmente nesses 10 (dez) últimos anos, o público também se modificou, pois a identidade dessa rede foi alterada a cada fase. Nesse sentido, a entrada de jovens e adultos trabalhadores é vista para alguns como importante por acreditarem que a sociedade tem uma dívida com esse público e, por outro lado, temos uma parcela que vê nessa modalidade um desafio e quando os IFs atendem as diversas frentes, não tem uma identidade educacional.

O PROEJA enfrentou e enfrenta contradições para se institucionalizar. Ainda faltam laboratórios, acesso a serviços essenciais no turno noturno, como psicologia, secretaria, assistência social, entre outros. Ainda existe preconceito em relação à EJA, principalmente nos câmpus mais antigos da rede, provavelmente pelo fato de que a cultura da educação profissional está mais arraigada, e nesses espaços percebemos que alguns preferem não assumir as turmas, pois não dá *status* assumir essa modalidade, ficando o PROEJA como um lugar para os novatos, como vimos nas entrevistas.

A Rede Federal está longe de atender os percentuais exigidos pelo MEC de 10% do total de matriculados, diante desse fato, é preciso reconhecer que essa modalidade não está sendo respeitada e que não temos muito para comemorar nesses dez anos. Apesar disso, corroboramos com diversos autores, quando afirmam que a EJA nos Institutos deve ser considerada uma política e que venha a proporcionar uma educação capaz de superar as dualidades da própria educação brasileira, como a separação entre trabalho manual e intelectual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 5.478**, de 24 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 5.840**, de 13 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2013.





BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base.** MEC/SETEC. Brasília, fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em 15 Mar. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base. Programa nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de jovens e adultos.** Brasília: SETEC/MEC, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto 6095 de 24 de abril de 2007**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm). Acesso 15 fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base. Programa nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de jovens e adultos.** Brasília: SETEC/MEC, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, J J S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Universidade Estadual do Ceará. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas Públicas Sociais. In: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001

KUENZER, Acacia Zeneida (Org.) **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, out. 2007.

\_\_\_\_\_. **As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária.** IN: Jaqueline moll e colaboradores. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporaneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAKATOS EM, Marconi MA. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3ª ed. São Paulo (SP): Atlas, 1991.

LIMA, Marcos Ricardo de . PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: considerações iniciais de uma crítica na perspectiva marxista. In: **III Encontro Norte-Nordeste de Trabalho, Educação e Formação Humanas.** Maceió, 2011.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.





MOLL, Jaqueline (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique Educação básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectivas de integração. estado In: **Anais da 30ª. Reunião da Anped. GT 09.** Caxambu, MG., 2007.

\_\_\_\_\_ A relação entre a educação profissional e a Educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo plano nacional de educação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 de março de 2013.

\_\_\_\_\_ Políticas Públicas para a educação Profissional Técnica de nível médio nos anos (1990 e 2000) limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_ **Produção de Conhecimento, Políticas Públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MOURA, Dante e PINHEIRO, Rosa Aparecida Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. In: **Em Aberto.** Brasília, v. 22, n. 82, p. 91-108, nov. 2009.

OLIVEIRA, Edna C. Os Processos De Formação Na Educação De Jovens E Adultos: A “Panha” Dos Girassóis Na Experiência Do Pronera/Mst In: **Anais da 29ª. Reunião da Anped.** GT 18, Caxambu, MG, 2006. Disponível em [http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos\\_encomendados/GT18/TEXTO\\_Anped.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT18/TEXTO_Anped.pdf) Acesso em 15 jan de 2013.

OLIVEIRA, Edna Castro; PINTO, Antonio H. e FERREIRA, Maria Jose de R. (Orgs.) **Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA.** Brasília, Liber Livro, 2012.

OLIVEIRA, Ramon. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Maria do Socorro, SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araujo. Políticas Públicas na educação de jovens e adultos: projetos de letramento, participação e mudança social. In: **Eja em debate.** Vol. 1, n. 1, nov. Florianópolis, 2012.

SANTOS, Ademir Jose dos, GROSSI, Marcia Goreti Ribeiro. Conhecendo o PROEJA, análise do documento-base da educação profissional. In: **Revista Educação e Tecnologia.** Vol. 15, Nº 3, Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010.

